



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PARECER MPC 14402/2017

Processo nº **001907-0200/16-6**
Relator: **CONSELHEIRO CEZAR MIOLA**
Matéria: **CONTAS DE GOVERNO - EXERCÍCIO DE 2016**
Órgão: **EXECUTIVO MUNICIPAL DE MATO QUEIMADO**
Gestores: **NELSON HENTZ (PREFEITO)**
NILSON ANTÔNIO BORCHERT (VICE-PREFEITO)

**CONTAS DE GOVERNO. PARECER FAVORÁVEL.
RECOMENDAÇÃO AO ATUAL GESTOR.**

A conduta infringente de normas de finanças públicas não impede a emissão de parecer favorável às contas do Administrador (Prefeito).

A inexistência de falhas enseja a emissão de parecer favorável às contas do Administrador (Vice-Prefeito).

Para exame e parecer o Processo de Contas de Governo dos Administradores acima nominados.

Registre-se que o Senhor NELSON HENTZ (Prefeito) prestou esclarecimentos por meio de Procurador devidamente habilitado, acompanhados de documentação tida como probante.

O Senhor NILSON ANTÔNIO BORCHERT (Vice-Prefeito) não foi intimado para prestar esclarecimentos, em razão da inexistência de inconformidades de sua responsabilidade no período em que esteve à frente do Poder Executivo Municipal.

A Supervisão registrou a ausência de processos de Tomadas de Contas Especiais, de Inspeções Extraordinárias ou Especiais, em andamento, de responsabilidade do Administrador no exercício sob exame.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

I – RESULTADO DAS VERIFICAÇÕES PROCEDIDAS

Preliminarmente, cumpre referir que as falhas serão examinadas apenas para fins da emissão de parecer sobre as contas, descartando-se a incidência da aplicação da penalidade pecuniária, tendo em vista que esta Corte, no Processo nº 5907-0200/16-5, decidiu que descabe em processos de contas de governo a aplicação de multa ao Administrador.

Ressalva este Agente Ministerial, contudo, sua posição em sentido contrário, a qual foi consignada no processo já citado, no Parecer MPC nº 11834/2016.

As irregularidades a seguir, indicadas nas manifestações da Área Técnica, desvelam a transgressão a normas de finanças públicas e de controle dos orçamentos e balanços, ensejando advertência à origem:

DA GESTÃO FISCAL

2.3 – Da Lei da Transparência. Com base na análise das informações contidas em sítio eletrônico, constatou-se que não estão sendo cumpridas, em sua totalidade, as exigências do *caput* do art. 48 da LC Federal nº 101/2000.

De acordo com o Recibo de Informações nº 13/2016 (peça 563572), em pesquisa efetuada pela Área Técnica, demonstra que o site não disponibilizava todas as informações necessárias na internet.

O Gestor anexa impressões de tela que comprovariam o atendimento à legislação citada, o que não elide a falha apontada, uma vez que as telas copiadas apresentadas nos esclarecimentos (peça 679883) foram extraídas em 04/08/2017, de forma a serem incompatíveis com o período ora examinado.

Frente a isso, opina-se pela manutenção do aponte.

DO RELATÓRIO GERAL DE CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS

Home page: <http://www.tce.rs.gov.br/> e-mail: mpe@tce.rs.gov.br



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

2.1 - Da cópia das atas de encerramento dos inventários de bens e valores, elaboradas pela comissão inventariante, evidenciando eventuais diferenças e as respectivas providências, em atendimento ao art. 2º, inciso III, alínea “d” da Resolução nº 1.052/2015. O documento apresentado informa que a realização do inventário ocorreu apenas de forma amostral.

II – CONCLUSÃO

O contexto descrito nos autos, ainda que revele a ocorrência de infrações capazes de levar à advertência, não compromete gravemente as contas de governo.

Diante do exposto, opina este Ministério Público de Contas nos seguintes termos:

1º) **Atendimento** à Lei Complementar Federal nº 101/2000;

2º) **Parecer favorável** à aprovação das contas de governo dos senhores NELSON HENTZ e NILSON ANTÔNIO BORCHERT, Administradores do Executivo Municipal de Mato Queimado no exercício de 2016, com fundamento no artigo 3º da Resolução nº 1009/2014;

3º) **Recomendação** ao atual Administrador para que corrija e evite a reincidência dos apontes criticados nos autos, bem como verificação, em futura auditoria, das medidas implementadas nesse sentido.

É o Parecer.

MPC, em 13 de novembro de 2017.

ÂNGELO G. BORGHETTI,
Adjunto de Procurador.
Assinado digitalmente.